

Sarney adverte contra demagogia e retrocesso

ESTADO DE SÃO PAULO

01 JUL 1989

BRASÍLIA — Embora sem mencionar a decisão do Congresso Nacional de definir uma política salarial mais generosa do que a pretendida pelo Executivo, o presidente José Sarney queixou-se ontem, no programa **Conversa ao Pé do Rádio**, da "demagogia eleitoral de distribuir favores que depois irão desaparecer com a desgraça da inflação". Também alertou contra "a paixão incontida que baixa o nível da campanha (eleitoral) e se constitui num retrocesso para o processo democrático". De acordo com o presidente estas são "duas desgraças que não podem acontecer".

Sarney entende que todos os segmentos da sociedade brasileira, Juntos, devem encontrar meios de proteger a transição democrática, diante da "escalada de processos" que possam desvirtuar a "marcha institucional". E ressaltou que todos devem estar "seguramente conscientes da necessidade dessa coesão", de modo a evitar "qualquer trauma na conclusão dessa transição tão difícil". Apesar de tudo, declarou, mantém o otimismo: "A taxa média do desemprego nas seis principais regiões metropolitanas situou-se em 3,94% em abril, número inferior aos 4,08% regis-

trados em abril do ano passado". A seu ver essa é a prova de que o Brasil não sofre recessão nem desemprego.

INCONSTITUCIONAL

Na Câmara, o líder do governo, deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), não conseguiu fazer uma defesa convincente do projeto do governo que estabelece o salário máximo dos ministros de Estado e congela os vencimentos dos parlamentares e dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF):



Sarney: "Duas desgraças"

"A redução talvez não seja muito justa, mas o projeto é construtivo ao estabelecer critérios, que o Congresso decidirá se são ou não constitucionais". A Mesa da Câmara já decidiu pela inconstitucionalidade.

Pelo entendimento unânime dos membros da Mesa, a proposta de Sarney fere os artigos 37 e 49 da Constituição. Este diz que a remuneração dos parlamentares é fixada exclusivamente pelo Congresso. Aquele fixa os limites de salários dentro de cada poder da República.

A maioria dos deputados e senadores considerou o projeto do Executivo uma atitude de retaliação pelas derrotas sofridas pelo governo no Congresso. "Não é só revide, é tiroeteio no escuro", acusou a deputada Cristina Tavares (PSDB-PE), para quem Sarney enfraquece as instituições. O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) acha que se trata de "mais uma provocação do pigmeu político que é José Sarney". Na sua opinião, o presidente "devia é congelar a corrupção em seu governo". Amaral Neto (PDS-RJ) e José Genoíno (PT-SP) insistiram na tese da independência dos poderes. O diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, considerou a decisão "mediocre".

Projeto descontenta militares

EUMANO SILVA

BRASÍLIA — O projeto de lei enviado quinta-feira pelo presidente José Sarney ao Congresso Nacional aumenta ainda mais a dificuldade do governo para conceder isonomia salarial, entre os mais altos postos militares e os ministros do Superior Tribunal Militar (STM). Como o projeto de lei regula um dispositivo constitucional e determina que nenhum servidor público pode ganhar mais do que um ministro de Estado, a aplicação da isonomia provocaria um "achatamento" da hierarquia salarial das For-

ças Armadas, equiparando vencimentos de um general de quatro estrelas aos de um capitão.

Uma alta fonte militar revelou ontem que os últimos estudos realizados pelo governo demonstram que, sem a limitação dos salários dos ministros de Estado, a simples aplicação da isonomia elevaria os vencimentos dos generais de quatro estrelas para NCz\$ 15.570,00, enquanto um capitão passaria a ganhar NCz\$ 7.170,00. Com a redução causada pela limitação aos salários dos ministros de Estado, todas as patentes, de capitão a general, passariam a

receber os NCz\$ 5.500,00 previstos no projeto de lei.

A possibilidade de quebra da hierarquia salarial dos militares está preocupando até mesmo o Serviço Nacional de Informações (SNI). Na reunião realizada quinta-feira, no Palácio do Planalto, entre ministros das áreas militar e econômica, o presidente Sarney e o consultor-geral da República Saulo Ramos, o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes alertou sobre o risco que pode representar para a estrutura interna das Forças Armadas ter um capitão ganhando o mesmo que um general.

PUBLICIDADE

268 casas populares